

Deputados se irritam com ausência de relator

Brasília — Fotos de Luiz Antônio Ribeiro

BRASÍLIA — Se o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, já contava com constituintes que se opunham a seu trabalho, terá agora que enfrentar parlamentares irritados com a sua ausência na primeira reunião destinada a analisar seu projeto. "Não é possível. Eu cheguei de Minas exclusivamente para essa reunião", queixou-se o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), enquanto José Genoíno (PT-SP) afirmava: "Eu deixei compromissos em São Paulo para vir e ninguém encontra o relator". "Eu também vim do Paraná só para isso", emendou José Richa (PMDB-PR).

Convidado para uma palestra a ser apresentada hoje na Sudene, o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) está desde sábado em Recife, apesar de saber que essa primeira reunião oficial da Comissão de Sistematização estava prevista no regimento da Constituinte. Cansado dos trabalhos que o absorveram nos últimos 10 dias na elaboração do projeto, ele viajou dois dias antes da conferência na Sudene. Avisara a Afonso Arinos, o presidente da comissão, que não estaria presente. Mas, por razões regimentais, este entendeu que era impossível adiar a reunião.

Confusão — O resultado foi uma polémica que, 40 minutos depois, levou Arinos a encerrar os trabalhos da comissão e convocar outra para hoje às 20 horas. A confusão começou quando o jurista chamou Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos que ajudaram Bernardo Cabral a elaborar o

projeto, a apresentar o texto em plenário. Imediatamente a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) pegou o microfone para dizer que isso era impossível. O regimento da Comissão de Sistematização não prevê a substituição do relator por quem quer que seja, embora Bernardo Cabral tenha pedido a Nelson Jobim que falasse em seu nome.

Irritado, o deputado José Genoíno disse que era incompreensível que o relator se tenha esforçado tanto para eleger-se para o cargo e, na primeira reunião para o exame do seu projeto, tenha viajado. Dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização, 50 estavam presentes e protestaram contra a ausência do relator. O deputado Ademir Andrade (PMDB-PA) chegou a sugerir que a comissão ouvisse os quatro relatores que auxiliaram Bernardo Cabral na elaboração do projeto: Fernando Henrique Cardoso, José Inácio, Wilson Martins e Nelson Jobim, mas Afonso Arinos disse que isso era inviável.

Até ontem à noite, sete emendas, todas do deputado Renato Viana (PMDB-SC), tinham sido apresentadas para alterar o projeto Bernardo Cabral e, depois de iniciada a reunião, não se chegava a um entendimento sequer sobre o exame do projeto. O senador José Richa foi o primeiro a tentar relaxar o ambiente: "Como é que se marca uma reunião exatamente na hora de um jogo Brasil x Venezuela? O regimento devia proibir uma coisa dessas". A reunião fora marcada para as 15 horas.



Arinos tentou substituto mas foi obrigado a encerrar reunião



Jobim (E), Wilson Martins e Richa: "Reunião na hora do jogo?"



Arinos tentou substituto mas foi obrigado a encerrar reunião

"Carta de Ilhéus" pede referendo

SALVADOR — Documento aprovado ontem pelo IV Seminário Político de Ilhéus, no sul da Bahia, ante o temor de que a futura Constituição seja demasiadamente conservadora, defende uma consulta plebiscitária (referendo) "para que o povo brasileiro, na qualidade de titular do poder constituinte", decida se a aceita ou não.

Com nove itens, a "Carta de Ilhéus" é assinada por vários constituintes do PMDB baiano, deputados estaduais, prefeitos e vereadores da região cacaueira do estado, pelo bispo de Itabuna, D. Paulo Lopes de Farias, além de dirigentes regionais do partido e representantes de estudantes, cacauicultores e trabalhadores.

A carta resultou dos debates ocorridos na sexta-feira e no sábado, com a participação, dentre outros, do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas e do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da Subcomissão do Poder Executivo da Constituinte. Um plenário formado por 300 pessoas aprovou o documento por aclamação, pouco antes da solenidade de encerramento, com uma palestra do governador Waldir Pires.

Reforma agrária — O documento pede uma reforma agrária "mais agressiva e democrática, que assegure a distribuição de terra a quem não tem ou a quem nela trabalha, com a exigência de que o direito de propriedade seja exercido em finalidade social. Pede ainda a imediata instalação de juizes e tribunais agrários, "princípios igualmente defendidos pela Igreja e pela

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag—MG)".

Mais participação dos municípios na receita tributária, "visando melhor equilíbrio da Federação" é um dos pontos que a carta defende no setor tributário. Mas aí, a reivindicação principal é uma política menos conservadora, fundada sobre impostos diretos e progressivos, de mais incidência sobre a renda e o capital que sobre os salários".

Novo Estado — O desmembramento da Bahia para criação do estado de Santa Cruz, um dos assuntos que despertaram maior polémica no seminário de Ilhéus — cidade que juntamente com Itabuna constitui o foco do movimento separatista — acabou sendo excluído do documento final.

Embora a maioria dos políticos que participaram do encontro fosse contrária à proposta apresentada na Constituinte pelo deputado Fernando Gomes, ex-prefeito de Itabuna, a dificuldade para um pronunciamento explícito sobre o assunto ficou evidente.

Apesar da mobilização que continua sendo feita no estado pelo governador Waldir Pires e por setores da imprensa e do empresariado, além do engajamento da Assembléia Legislativa — que chegou a criar uma comissão especial para comandar um lobby junto à Constituinte — a bancada federal baiana tem feito afirmações tranquilizadoras para os que se opõem à divisão.

Pires pede acordo para votar

SALVADOR — O governador Waldir Pires quer impedir que as principais decisões da Assembléia Nacional Constituinte sejam tomadas no plenário, sem um acordo prévio entre as diversas correntes do PMDB e outros partidos, pois teme que a não realização de negociações resulte na perda "de posições já conquistadas pelos progressistas", quando as questões forem votadas no plenário.

Pires pregou um consenso entre os constituintes antes das votações, "para evitar surpresas desagradáveis" e se mostrou também preocupado com a convenção nacional do PMDB, observando que "o evento não deve se transformar em um instrumento de divisão do partido".

O governador ressaltou que o PMDB não deve se dividir por causa de questões conjunturais, deve ser exigente no que diz respeito a pontos programáticos e fixar posições nítidas sobre os grandes problemas nacionais.

Na entrevista que concedeu logo após encerrar o IV Seminário Político de Ilhéus, no sul da Bahia, o governador admitiu que a Constituinte está revelando tendência conservadora e criticou os parlamentares do PMDB que têm defendido "posições que contrariam o programa do partido".

— Uma agremiação política se constrói pela lealdade de seus representantes em relação aos compromissos assumidos com o povo — disse.

Semana tem mais uma polémica

Arquivo — 26/6/87

Relatório que foi rejeitado é aproveitado

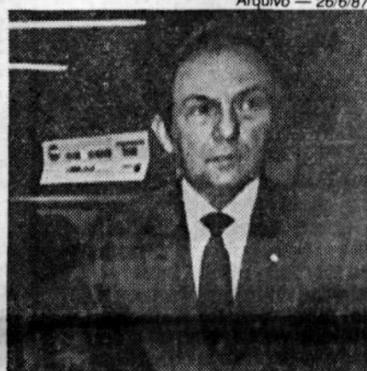
BRASÍLIA — Absorvida por questões polémicas desde o seu primeiro dia de trabalho, a Constituinte inicia a semana com mais um problema: o projeto da Comissão de Ciência e Tecnologia, que não chegou a ser aprovado na Comissão Temática, mas assim mesmo foi absorvido em suas principais idéias pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Ele contou com a ajuda de Artur da Távola, o relator derrotado, na elaboração do novo projeto, e quer que a proposta siga assim até a votação em plenário.

Acontece que os constituintes que derrotaram Artur da Távola em sua comissão já estão preparados para impedir que isso ocorra. Rita Furtado (PFL-RO), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e Mendes Ribeiro (PMDB-RS) vão fazer tudo para emendar o projeto em seu mérito, durante sua tramitação na Comissão de Sistematização. O regimento dessa comissão diz que as emendas nessa instância só devem atingir a redação do projeto. Mas hoje a deputada Sandra Cavalcanti tentará provar a Afonso Arinos que são necessárias mudanças de mérito.

Comunicação — Entre os artigos de Artur da Távola absorvidos por Bernardo Cabral encontra-se um, determinando que "os meios de comunicação e serviços relacionados com a liberdade de expressão não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólios, por parte de empresas privadas ou entidades do Estado. Outra novidade é que a publicação de veículo impresso de comunicação não mais dependerá de licença de autoridade.

Mas a grande novidade do projeto é que, no estilo da BBC de Londres, a televisão brasileira ficará proibida de divulgar anúncios de cigarros e bebidas alcoólicas. O artigo 410 do projeto diz que "é vedada a propaganda comercial de medicamentos, forma de tratamento de saúde, tabaco, bebidas alcoólicas e agrotóxicos" e que só com o referendo do Congresso Nacional, ouvido o Conselho Nacional de Comunicação (órgão a ser criado), o Poder Executivo poderá outorgar concessões de canais de rádio e televisão.

Mas, se deixou insatisfeitos os lobbies que atuaram para influir na política de comunicações, Bernardo Cabral atendeu a quase tudo que se pleiteava na área de saúde, incluindo em seu projeto as propostas aprovadas na 8ª conferência nacional de saúde realizada no ano passado no Brasil. As únicas dificuldades apontadas pela comuni-



Cabral recorreu a Távola

dade científica referem-se à definição de seguridade social, que deixou de abranger educação, lazer e esportes, e à unificação dos fundos de seguridade com os de saúde. A comunidade científica preferiria que a saúde tivesse um fundo próprio.

Direito de todos — Embora sem prever a definição de recursos suficientes para o atendimento das áreas de saúde, o capítulo referente a esse assunto começa dizendo que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". O projeto garante a todos os brasileiros e brasileiras o direito de determinar livremente o número de seus filhos, mas veda qualquer prática coercitiva por parte do poder público e de entidades privadas. Pela proposta de Bernardo Cabral, o Estado deve assegurar também educação, informação e métodos científicos de regulação da fecundidade a quem os deseja.

É vedado todo tipo de comercialização de órgãos e tecidos humanos, mas a lei ordinária deverá dispor sobre as condições e requisitos que facilitem a remoção desses órgãos e tecidos para fins de transplante e pesquisa. A criação de uma comissão de ética para disciplinar essas atividades não foi prevista por Bernardo Cabral. Outra inovação é que as ações e serviços de saúde deverão integrar uma rede regionalizada e hierarquizada, mas constituirão um sistema único.

Na questão da natalidade, o projeto hoje em exame na Comissão de Sistematização deixa aberta a porta para que o Código Civil permita o aborto. Ali está dito que o cidadão só adquire a condição de sujeito de direitos pelo nascimento com vida. Até o nascimento, portanto, a criança pode ser abortada, mas isso significa também que, se o pai de um bebê morrer quando ele ainda se encontra em vida fetal, não estão assegurados seus direitos, por exemplo, ao nome paterno e à herança.

PMDB fará cotejo para resguardar seu programa

BRASÍLIA — A partir de amanhã, a cúpula do PMDB começará uma série de reuniões com sua bancada para cotejar com o programa partidário o projeto de Constituição divulgado na semana passada pelo relator da futura Constituição, Bernardo Cabral. Os itens dúbios, ou sobre os quais não há consenso, serão remetidos a debate na convenção nacional do PMDB, dias 18 e 19 de julho. Segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), a estabilidade no emprego e a reforma agrária serão os temas mais polémicos dentro do partido.

"Em linhas gerais, exceto a parte sobre a ordem econômica, o projeto mais ou menos coincide com o programa do partido", disse Jobim. Ele previu os pontos que o partido irá discutir na convenção: reforma agrária, pluralismo ou unicidade sindical, sistema eleitoral (voto distrital, proporcional ou misto), anistia aos militares cassados e estabilidade, além da duração do mandato do presidente José Sarney.

Sobre estes temas o partido ainda não tem

uma posição definida, já que vários deles sequer constam do programa, segundo ainda Jobim, reconhecendo, porém, que o que for aprovado pela convenção não será necessariamente adotado por toda a bancada.

Apenas orienta — A convenção será apenas indicativa, servirá de orientação, disse o relator-adjunto da Comissão de Sistematização e assessor direto do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O cotejo do projeto com o programa partidário será coordenado pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que começou a convocar os líderes para esse trabalho. Depois da convenção, disse Jobim, o PMDB concentrará sua atenção nos acordos que espera concluir com os demais partidos. Jobim salientou que os partidos, na Constituinte, terão que chegar a um acordo sobre a maioria dos artigos da futura Constituição, até 25 de setembro.